

-----**ACTA N.º 9/2009**-----

-----Aos seis dias do mês de Maio de 2009, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----Hélder Bruno da Fonseca Gomes;-----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Rui Jorge Pinto Correia; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, procedendo à abertura de um período de “Antes da Ordem do Dia”, com quinze minutos de duração. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Rui Correia** começou por dizer que são enviados para reunião de Câmara muitos assuntos para conhecimento e concorda que assim seja, porque demonstra a preocupação do Senhor Presidente em mantê-los informados, mas entende que há outros assuntos igualmente importantes, que deveriam ser presentes a reunião, também para conhecimento, como é o caso das obras públicas e não o são.-----

-----Sabe que é da competência do Senhor Presidente aprovar os autos de medição e tudo o que tenha a ver com trabalhos a mais, mas acha que estes devam vir a conhecimento do Executivo.-----

-----Questionou ainda sobre o facto de serem solicitados por diversas vezes, pareceres ao Gabinete Jurídico que depois tardam em aparecer e, referiu em concreto o parecer sobre as passagens feitas pelos particulares, na Variante, uma vez que há sensivelmente três meses que o assunto foi encaminhado para apreciação da Jurista e até hoje ainda não foram informados sobre o assunto.-----

-----Relativamente ao processo instaurado a um funcionário desta Câmara, também foi dito pelo Senhor Presidente que trariam o resultado do inquérito, mas até à presente data ainda não o fizeram.-----

-----Referiu também que numa reunião de Câmara ficou lavrado em acta que todo e qualquer concurso para admissão de recursos humanos, que fosse aberto pela autarquia seria dado conhecimento aos Vereadores. Mas, em Março foram abertos muitos concursos, publicados em Diário da República e não tiveram conhecimento.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** em resposta ao Senhor Vereador disse que as obras ainda estão a decorrer e muitas delas ainda não estão concluídas, no entanto vai solicitar à Chefe de Divisão das Obras Municipais que faça um resumo dos trabalhos a mais e trabalhos a menos, para serem presentes a reunião de Câmara, para conhecimento dos Senhores Vereadores.-----

-----Quanto aos pareceres jurídicos, disse que iria solicitar à Jurista informação sobre em que moldes está o assunto, para poder trazer a uma próxima reunião. Disse que tinha conhecimento que o Senhor foi notificado, mas que não compareceu.-----

-----Relativamente ao inquérito levantado ao funcionário, a Senhora Jurista irá trazer esse processo a reunião, para uma consulta detalhada por parte dos Senhores Vereadores. Frisou uma vez mais que sempre que

desejem consultar quaisquer documentos, os mesmos estão disponíveis para análise nos respectivos gabinetes. -----

-----Sobre os lugares a concurso disse que os mesmos estão previstos no orçamento para este ano. Que houve investimento por parte da Câmara e já há infra-estruturas a funcionarem, que necessitam de recursos humanos. Informou que existe uma procura crescente por parte dos turistas, o que justifica o preenchimento de lugares em várias infra-estruturas, como é o caso de: a Casa do Castelo, o Museu de Salgueirais, os Moinhos da Rapa, Torre de Menagem e os Espaços Internet. Disse que houve alguns casos de reforma de funcionários que tiveram que ser substituídos, de forma a não comprometer o normal funcionamento de alguns serviços da autarquia. -----

-----Referiu ainda, o facto de a biblioteca municipal estar prestes a ser concluída, existindo a necessidade de abrir concursos de admissão de pessoal e, neste caso em concreto, pessoal especializado nesta área, para assegurar o seu funcionamento. -----

-----O Senhor Vereador **Rui Correia** disse que não está a pôr em causa a necessidade de ocupação desses lugares, só questiona o porquê de não serem informados previamente sobre estes lugares que estão a concurso.--

-----Sobre o parecer da Jurista, acha que já há demasiado tempo que aguardam por esse parecer e que o mesmo já foi excedido, querendo saber o porquê de ainda não estar resolvido e não se saber qual o resultado do inquérito, já que é um processo que se arrasta há vários meses e há prazos para serem cumpridos. -----

-----Disse ainda que, numa reunião de Câmara, foi debatido o assunto das requalificações que estavam a ser efectuadas nesta Vila, tendo sido visado principalmente o problema relacionado com a iluminação dos espaços públicos, tendo estado presente o responsável técnico, que ficou de apresentar soluções para o problema e até à presente data ainda não apresentou qualquer resultado. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** concordou com o Senhor Vereador e informou que, segundo o técnico, a electrificação do Bairro de Santa Luzia, está numa fase final. Em relação ao Bairro de Santa Eufêmea, é da opinião que existe alguma falha no quadro geral e o técnico ficou de apresentar um projecto conjunto com a Certiel e a EDP, que ainda não concluiu. -----

-----Disse que infelizmente existem situações idênticas, porque projectaram a obra sem que previamente verificassem se existem infra-estruturas básicas que assegurem o seu funcionamento. Referindo-se à biblioteca municipal, que estando quase na sua conclusão, foi agora detectado que não era servida de rede de saneamento, águas pluviais entre outros, o que se traduz em graves prejuízos para a autarquia. Houve uma falha dos projectistas porque não avaliaram esses trabalhos e não se pode conceber que, sendo aquela, uma zona habitacional, onde existe uma escola e um hotel, não haja infra-estruturas. -----

-----Referiu que foram requalificados todos os equipamentos que estavam degradados, nunca deixou de fazer obras no Concelho. Disse que, por vezes, não se consegue fazer outro tipo de obras por haver tantas necessidades em termos de requalificações, tendo já a autarquia gasto um milhão de euros, dando como exemplo, entre muitos outros, do conhecimento geral, o Bairro de Santa Luzia, que desde a sua construção há aproximadamente vinte anos, nunca tinha sido intervencionado. -----

-----Referiu também o estado caótico em que se encontra o mercado municipal, mas para fazerem uma intervenção capaz terão de se candidatar a um programa de financiamento, porque, caso contrário, a autarquia não dispõe de verbas para o fazer. -----

-----Por último, disse que em três anos de mandato foram feitas muitas obras de recuperação, que representam muitos milhares de euros, que poderiam ter sido encaminhados para outras situações, caso os autarcas do passado tivessem tido a preocupação em fazer a correcta manutenção dos espaços. -----

-----  
-----O Senhor **Vereador Rui Correia**, relativamente às obras de requalificação do Bairro de Santa Eufêmea, disse que lamenta o facto de a colocação em funcionamento da iluminação esteja a demorar tanto tempo, como a execução total da obra. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que concorda com o Senhor Vereador e espera que o técnico assuma a responsabilidade e apresente soluções. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que o Senhor Vereador José Luís Cabral há três meses atrás ficou de apresentar, um mapa com a actualização dos agregados familiares e gostaria de saber o que é que está acontecer relativamente à Habitação Social. Quer saber se o processo está à beira do seu término, disse que tem consciência que é um processo muito difícil e, na sua opinião considera preferível que, no caso de não ser possível realojar todos os agregados, se realojem algumas famílias de uma forma equilibrada, do que apresentarem uma solução para todos os casos, sem critérios estabelecidos previamente. -----

-----Sobre o Relatório de 2008 da CPCJ disse que o mesmo não tinha sido disponibilizado para conhecimento dos Vereadores e gostaria de consultar o documento. Propôs que o mesmo esteja no site da autarquia para consulta dos munícipes, sem a informação confidencial. Mantém a opinião de que a CPCJ deveria possuir autonomia financeira e logística. Pretendeu também saber qual o valor da verba transferida do Instituto da Segurança Social destinado à CPCJ. -----

-----O Senhor Vereador questionou ainda sobre o facto de as IPSS's ainda não terem recebido o dinheiro da alimentação das crianças do 1º ciclo, o que provoca sérios constrangimentos financeiros, uma vez que não possuem liquidez suficiente para suportar estas situações. Referiu que a autarquia colocou-se numa situação incompreensível, uma vez que já

recebeu o dinheiro dos pais, mas continua sem pagar às associações, não cumprindo os protocolos celebrados.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a situação tem vindo a melhorar, que têm gerido da melhor maneira a pesada herança deixada pelos titulares dos anteriores mandatos. Acredita que irá encerrar o mandato com tudo pago às entidades com quem protocolou, nomeadamente às IPSS's. Disse que estas sabem que têm tido muito apoio deste Executivo, existindo uma grande cooperação por parte da autarquia, designadamente através da realização de candidaturas. Frisou que, tudo contabilizado, o saldo é francamente favorável para as associações.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** solicitou que o Relatório do CPCJ seja disponibilizado para todos os Vereadores. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que a CPCJ tem parceiros e só depois de consultados se poderá decidir sobre a disponibilidade online do relatório, porque existem dados confidenciais, que não devem ser do domínio público. -----

-----Disse que neste Concelho têm aparecido situações muito graves e perante esse cenário a autarquia viu-se na obrigação de abrir um lugar para uma técnica, para fazer o acompanhamento desta comissão. -----

-----Sobre a Habitação Social o Senhor **Presidente da Câmara** disse que o Senhor Vereador José Luís Cabral tinha estado presente numa reunião no Porto e que é intenção deste Executivo encerrar este processo, muito penoso porque foi feito de uma forma pouco transparente. A Câmara teve o cuidado de referenciar as pessoas que estão desalojadas para, no futuro serem realojadas. Mas este processo tem que ser conduzido com muito cuidado porque a Câmara tem uma situação financeira muito débil. -----

-----A Câmara teve que se candidatar a um programa para fazer as infra-estruturas que se encontravam em falta nos blocos habitacionais. -----

-----Relativamente às várias candidaturas para a maior parte das Associações, é a Câmara que as executa e apresenta o respectivo projecto.

-----Disse que é do seu conhecimento que as instituições têm dificuldades, mas que a Câmara também as tem e debatem-se diariamente com a sua resolução. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** sobre a Habitação Social disse que já foram vendidos alguns apartamentos em conjunto com a empresa Manuel Rodrigues Gouveia com o propósito de liquidar dívida. Quanto aos restantes são para realojarem as famílias que se encontram instaladas em casas particulares, cuja renda é suportada pela autarquia. ----

-----Informou que da reunião que teve no Porto resulta a necessidade de o Município fazer a reconversão do antigo programa para o PROHABITA, porque caso contrário perderiam o financiamento. Referiu que as regras deste programa são distintas do anterior e que tiveram que fazer uma actualização dos dados de todos os realojados, que foi enviada em Abril último, uma vez que o PROHABITA vai intervir consoante os rendimentos.--

-----Disse que, neste momento estão a aguardar pela aprovação da candidatura, para que as pessoas agora realojadas passem a ocupar os apartamentos.-----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que só levantou esta questão para saber da possibilidade de todos serem realojados, o que para eles seria uma grande satisfação. Disse ainda que se levantou a questão, para saberem quantos fogos ainda havia vagos.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o dinheiro que a DREC manda é por tranches e que vai sendo disponibilizado consoante as possibilidades da autarquia.-----

-----  
-----O Senhor **Vereador António Silva** sobre o pessoal disse que a sua contratualização já constava em orçamento e estavam aprovados esses lugares. Informou ainda, que as candidaturas que a autarquia apresenta, são justificadas também pela criação de postos de trabalho, assim sendo, ou a Autarquia tem recursos humanos internos e afecta-os às actividades ou tem que contratualizá-los, caso contrário se não forem cumpridos os critérios há reduções directas e o valor da candidatura terá de ser devolvido.  
-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E MELHORAMENTOS DE CASAS DE SOEIRO – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS;**-----

-----**SENTENÇA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO SOBRE PROVIDÊNCIA CAUTELAR REQUERIDA PELOS MUNICÍPIOS DA COVILHÃ E DO FUNDÃO-SUSPENSÃO DOS ESTATUTOS DA TURISMO SERRA DA ESTRELA;** -----

-----**PROGRAMA DE CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - RATIFICAÇÃO;**-----

-----**FINANCIAMENTO – MEDIDA1 – GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE VALE DE AZARES;**-----

-----**MAPA DE OBRAS.**-----  
-----

-----**I - APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEZASSEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE**-----

-----Foi presente a acta número oito, da reunião ordinária do Executivo de dezasseis de Abril de dois mil e nove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----  
-----



-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador António Silva, por não ter estado presente na referida reunião.-----

-----**II - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Maria Helena Gomes Pais Ramos**-----

-----Foi presente requerimento n.º 280, datado de dezasseis de Abril do corrente ano, em nome de Maria Helena Gomes Pais Ramos, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Santo António, Rua do Saco, freguesia de Vila Boa do Mondego, inscrito sob o artigo matricial número trezentos e trinta e cinco, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Da informação elaborada pelo fiscal municipal e com base nas fotos apresentadas pela requerente, as quais referem que poderá ter sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2009.-----

-----**Sendo que as fotografias apresentadas pela requerente mostram que o edifício poderá ter sido construído antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: AMPLIAÇÃO DE UM LAR DE IDOSOS - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**-----

-----**Requerente: Centro Social da Freguesia da Mesquitela**-----

-----Foi presente requerimento n.º 297, datado de vinte e um de Abril de dois mil e nove, em nome do Centro Social da Freguesia da Mesquitela, pretendendo a isenção do pagamento de taxas para a execução da obra de Ampliação de um Lar de Idosos sita na, freguesia da Mesquitela, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente Decreto-lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 04/06, PDM, Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve:-----

-----*“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”*.-----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas, a obra referente à ampliação de um Lar de Idosos, sito em Mesquitela, Celorico da Beira.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Irene Paixão dos Santos Leitão**-----

-----Foi presente requerimento n.º 273, datado de quinze de Abril do corrente ano, em nome de Irene Paixão dos Santos Leitão, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Quintãs de Baixo, freguesia de Linhares de Beira, inscrito sob o artigo matricial número seiscentos e quarenta e cinco, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal de acordo com a informação verificou que o mesmo foi construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1988. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que a requerente se refere terá sido executado antes de mil novecentos e oitenta e um, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**III – ANMP**-----

-----**ASSUNTO: "AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE"** -----

-----Foi presente circular n.º 47/2009-PB, datada de catorze de Abril do corrente ano, referindo que o Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro cria os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), estabelecendo o seu regime de organização e funcionamento. Com base em tal diploma, o Ministério da Saúde encetou um processo de reestruturação dos centros de saúde criando os ACES, agregando os municípios e escolhendo as respectivas sedes.-----

-----Desde o início do processo que a ANMP interveio junto do Ministério da Saúde, no sentido das alterações a implementar serem articuladas com os municípios, quer ao nível da integração destes nos ACES, quer garantindo a sua audição aquando da definição das respectivas sedes. -----

-----Não se tendo verificado nenhuma destas situações, o que veio a contrariar o compromisso que havia sido assumido, veio o Conselho Directivo da ANMP analisar esta problemática tendo deliberado endereçar à Senhora Ministra da Saúde um voto de protesto pela forma incorrecta como decorreu todo o processo de constituição dos ACES, salientando ainda para o facto das alterações implementadas, em regra, não trazerem benefícios para as populações e em muitos casos aumentarem a distância entre os cidadãos e os Serviços de Saúde. -----

-----Assim, sugerem que os municípios que integram os ACES possam articular tal problemática, no sentido de que possa ser prestado um melhor serviço às populações. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que relativamente a este assunto foi feita uma exposição por parte deste Município, onde discordavam do agrupamento onde estavam inseridos, não tendo recebido qualquer resposta, formularam um novo pedido de esclarecimento, do qual aguardam resposta. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** disse que, uma vez que não se sabe qual tinha sido a resposta à pretensão apresentada pelo Município de Celorico da Beira, não poderiam estudar a hipótese apresentada pela ANMP. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que aquilo que está em causa é sabermos em qual dos agrupamentos estamos, se no um ou no dois. - -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----IV - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

-----ASSUNTO: ACIDENTE DE SERVIÇO-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente em serviço, ocorrido no dia vinte de Abril de dois mil e nove, pelas nove horas e trinta minutos, referente ao funcionário José Alfredo Gomes dos Santos, com a categoria de Assistente Operacional, tendo o Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

-----ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 05/03/2008 - "ENCARGOS DECORRENTES DA APRESENTAÇÃO À JUNTA MÉDICA"-----

-----Foi presente informação n.º 50RH/2009 datada de vinte e um de Abril do corrente ano, da Secção de Recursos Humanos, referindo que foi detectado que a deliberação supra referida não vai de encontro com a lei vigente já que o n.º 3, do art.º 17, do DR n.º 41/90, estabelece que “os encargos decorrentes da apresentação do funcionário ou agente à junta médica por iniciativa da Administração serão suportados pelo serviço de que aquele depende, com base na tabela de ajudas de custo em vigor à data da deslocação, sempre que esta se verifique para fora do município em cuja área está situado o respectivo local de trabalho.” não sendo objecto de deliberação a restrição destas deslocações apenas a transportes públicos. Face ao exposto solicita que a mesma deliberação seja rectificada com menção de qual o procedimento a ter com os funcionários que foram enviados por esta entidade à Junta Médica entre 05/03/2008 e a presente data. - -----

-----Mais esclarece que este direito ao pagamento de encargos com a deslocação apenas diz respeito à primeira Junta Médica a que o funcionário é enviado de acordo com a menção na Lei “por iniciativa da Administração”. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, rectificar a deliberação de 05/03/2008, quanto ao assunto em referência e de acordo com a lei, os encargos decorrentes da apresentação do funcionário ou agente à Junta Médica, por iniciativa da Administração, serão suportados pelo Município, com base na tabela de ajudas de custo, em vigor à data da deslocação.-----

-----Mais foi deliberado pagar todos os casos específicos que ocorreram entre 5/3/2008 e a presente data.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----V - ARMANDO JOAQUIM - DIA DE CONFRATERNIZAÇÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES-----

-----Foi presente documento registado com o n.º 5083, datado de vinte e um de Abril do corrente ano, em nome do Senhor Armando Joaquim como representante da Companhia de Caçadores, comunicando que no dia 6 de Junho irão reunir-se neste Concelho, uma Companhia de antigos combatentes que actuaram em Moçambique, a fim de confraternizarem, o que vem acontecendo todos os anos. Face ao exposto e no sentido de poder proporcionar a todos os participantes, solicita a degustação do queijo Serra da Estrela, no Solar do Queijo, no dia 6 de Junho pelas 11h e 30 minutos, bem como uma visita guiada ao Património de Celorico da Beira, nomeadamente à Igreja Matriz, Torre de Menagem e ao Castelo de Celorico, pelas 10 horas.-----

-----A Câmara deliberou, que o Departamento de Turismo proporcione, no próximo dia 6 de Junho, aos antigos combatentes da Companhia de Caçadores que actuou em Moçambique, representados pelo Senhor Armando Joaquim, a degustação do queijo Serra da Estrela, bem como, a visita guiada ao Património Histórico de Celorico da Beira.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----  
-----**VI - GUARDA DIGITAL**-----

-----**ASSUNTO: ACTUALIZAÇÃO DA CONTA CORRENTE**-----

-----Foi presente documento da Guarda Digital, com a referência n.º 04.225-GD/2009, datado de dois de Abril do corrente ano, solicitando que o Município de Celorico da Beira procedesse à actualização da conta corrente. Informam que o total da dívida para com a Guarda Digital é de 50.059,09€, sendo este montante resultante de: -----

-----41.740,67€, relativos à comparticipação da Contrapartida Nacional do Projecto “Guarda Distrito Digital”; -----

-----600,00€, respeitante à quota anual de sócio da Guarda Digital; -----

-----7.718,42€, referentes ao subsídio ao funcionamento dos projectos de que a Guarda Digital é responsável durante o ano de 2009. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que foram solicitados à Guarda Digital, esclarecimentos sobre o valor do subsídio de funcionamento dos projectos referentes ao ano de 2009, num montante de 7.718,42€, tendo sido informados que o mesmo era calculado tendo em conta o critério do número de habitantes e a dimensão do concelho. Contudo não apresentaram a fórmula de cálculo. O Senhor Vereador considera insuficientes os esclarecimentos prestados por parte da Guarda Digital, propondo que o assunto seja retirado da ordem de trabalhos desta reunião, solicitando que seja reiterado o pedido, sob pena de o Executivo não se pronunciar sobre o assunto, até este órgão estar devidamente elucidado. -----

-----Disse ainda que o portal do Município de Celorico da Beira ainda não foi inaugurado mas irá sê-lo em breve, frisou que em termos de qualidade está muito acima da média, porque o município dispõe de técnicos credenciados para o efeito. Referindo que a maioria das autarquias não dispõe desse know-how, o que na sua opinião irá criar graves constrangimentos na manutenção dos portais. -----

-----Nesta perspectiva disse que, uma vez que a autarquia Celoricense dispõem desses recursos humanos que irão assegurar o funcionamento do portal, considera exagerado o valor cobrado pela Guarda Digital, para despesas de funcionamento. -----

-----Por último, informou que, a autarquia, tem neste momento três portais em execução, Aldeias Históricas, Solar do Queijo e o do Município, o que revela a forte aposta deste Executivo, na divulgação do concelho e dos seus produtos endógenos.-----

-----**Tendo em conta a fundamentação apresentada pelo Senhor Vereador António Silva, a Câmara deliberou retirar este assunto da ordem de trabalhos.** -----

-----**VII - GUERRA & PAZ, EDITORES.S.A.** -----

-----**ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE LIVROS - ARISTIDES SOUSA MENDES - UM JUSTO CONTRA A CORRENTE** -----

-----Foi recepcionado ofício da Editora supra referida, bem como um exemplar da obra, datada de vinte e cinco de Março do corrente ano, anunciando a publicação da biografia e do feito do **insigne beirão** que começa a ser reconhecido como um dos maiores portugueses do século XX, **Aristides Sousa Mendes – Um Justo Contra a Corrente.** -----

-----Assim, vêm propor a esta Câmara Municipal a aquisição de uma parte da tiragem do livro referido, sendo a edição personalizada através de uma página extra com uma mensagem da Câmara Municipal de Celorico da Beira e do seu logótipo, que será impressa em papel couché mate e em quadricromia e colada no início do livro. -----

-----Propõem também que em função da dimensão da aquisição da obra, será contemplada uma redução significativa do seu custo unitário.-----

-----**Devido à actual conjuntura da autarquia, a Câmara deliberou indeferir o pedido para aquisição da obra.** -----



-----  
-----**VIII - HOTEL MIRA SERRA**-----

-----**ASSUNTO: ALIENAÇÃO DE TERRENO**-----

-----Foi presente documento datado de catorze de Abril do corrente ano, endereçado pelo Hotel Mira Serra, solicitando a esta Autarquia sobre o interesse ou não, na alienação do terreno anexo ao Hotel e à Biblioteca. ----

-----O investimento pretendido é vocacionado para o interesse público, é um projecto virado para as energias renováveis e também para a racionalização da água disponível e é com base nestes pressupostos que solicitam uma decisão o mais urgente possível, sobre o assunto em causa. -

-----**A Câmara deliberou que seja dado conhecimento à gerência do Hotel Mira Serra, que até à conclusão da obra da biblioteca, o Executivo não poderá decidir sobre a área envolvente, pretendida por aquela indústria hoteleira.**-----

-----**IX - JUNTA DE FREGUESIA DE CORTIÇÔ DA SERRA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE DONATIVO**-----

-----Foi presente ofício nº08/09 da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra, datado de vinte e seis de Abril do corrente solicitando um donativo no valor de 2 036,74€, para pagamento do material referente à obra de calcetamento do parque na anexa Mourela. -----

-----**A Câmara deliberou atribuir um donativo no valor de 2 036,74€, à Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra, para pagamento do material referente à obra de calcetamento do parque, na anexa, Mourela.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E MELHORAMENTOS DE CASAS DE SOEIRO – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS**-----

-----Foi presente requerimento n.º 324, datado de 04/05/2009, em nome de Associação Desportiva, Cultural e Melhoramentos de Casas de Soeiro, pretendendo a isenção do pagamento de taxas para o Projecto de Construção de um Lar de Idosos, sita em Casas de Soeiro, freguesia de Casas de Soeiro, concelho de Celorico da Beira. -----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa-se que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art.º 14º do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo descreve que: -----

-----*“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a persecução dos respectivos fins estatutários”.*-----

-----**A Câmara deliberou isentar do pagamento de taxas o projecto relativo à construção de um lar de idosos, sito em Casas de Soeiro, Celorico da Beira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**SENTENÇA DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO SOBRE PROVIDÊNCIA CAUTELAR REQUERIDA PELOS MUNICÍPIOS DA COVILHÃ E DO FUNDÃO-SUSPENSÃO DOS ESTATUTOS DA TURISMO SERRA DA ESTRELA** -----

-----Foi recepcionado fax datado de vinte e oito de Abril do corrente ano, a fim de ser dado conhecimento do teor da sentença relativamente ao processo acima referido. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**PROGRAMA DE CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - RATIFICAÇÃO** -----

-----Foi presente informação da Coordenadora do CLDS datada de quatro de Maio do corrente ano, que se anexa a esta acta (**anexo I**), referindo que no seguimento da assinatura do protocolo de compromisso dos CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) assinado entre o Ex.mo Senhor Ministro Vieira da Silva, a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Associação Cultural Desportiva e Melhoramentos de Casas do Soeiro, foi elaborado o Plano de Acção do Programa para os próximos três anos que é presente a esta reunião a fim de ser aprovado pelo Executivo e ratificada a respectiva assinatura. -----

-----O Senhor **Vereador Hélder Bruno** começou por dizer que gostaria de ter analisado com maior pormenor o documento, mas não conseguiu abrir o ficheiro que lhe foi enviado. No entanto, da leitura que fez resultaram algumas questões, que gostaria de esclarecer. -----

-----A primeira questão prende-se com os recursos humanos que estão envolvidos, ou seja havendo uma entidade coordenadora há uma equipa que irá ser formada, pretendia saber qual é a forma de admissão adoptada, se será por concurso. -----

-----De seguida, disse que, sendo um acordo de colaboração por três anos, tem montantes agregados, mas da leitura do documento não consegue concluir os valores que estão em causa. Questionando se são os mesmos para todos os CLDS's, porque conhece os montantes que foram atribuídos noutros concelhos e gostaria de saber se são semelhantes. -----

-----Referiu que, na sua opinião deveria ser dado conhecimento ao Executivo dos relatórios de trabalhos e de contas, à imagem do que será feito no CLAS. -----

-----Disse que do ponto de vista de empregabilidade, considera muito aceitável o proposto, existindo uma forte interligação com o IEFP. -----

-----Referiu que a temática da toxicodependência está muito presente, mas considera que deveria ser dado igual relevância, por exemplo, ao alcoolismo, bem como serem acrescentados outros comportamentos aditivos. No caso da Saúde Mental, considera muito importante, desenvolverem-se formações e sensibilização que visem reduzir o estigma que ainda existe em relação ao doente mental e consequente desmitificação por parte da comunidade.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que este projecto não era de uma única associação, mas sim, de um conjunto de várias instituições, como vem provar o plano de acção apresentado. -----

-----Congratulou-se pelo plano apresentado e felicitou todos os que intervieram na sua elaboração. -----

-----Relativamente aos recursos humanos disse que, na sua opinião, deveriam ser pessoas à procura de primeiro emprego ou em situação de desemprego, com preferência para residentes ou naturais do Concelho. -----

-----O Senhor Vereador **José Luís Cabral** começou por dizer que este plano foi feito com o trabalho e empenho de muitos intervenientes que querem levar este projecto em frente. -----

-----Relativamente ao facto de se abrir concurso para a admissão da equipa técnica, disse que o pouco tempo para a elaboração deste plano e consequente contrato não se compadece com esses formalismos, que levariam meses a estarem concluídos e este projecto obedece a prazos muito reduzidos para ser executado e colocado em funcionamento. -----

-----No que se refere aos comportamentos aditivos mencionados pelo Senhor Vereador, disse que todas as temáticas citadas fazem parte deste plano de acção e frisou que foi dada uma especial atenção à

toxicodependência, porque, infelizmente, é um problema muito presente no quotidiano de algumas famílias Celoricensens. -----

-----Referiu que houve a preocupação de este plano ser exequível para além dos 3 anos protocolados, dando ferramentas que potenciem a aquisição de competências, por parte das pessoas que serão intervencionadas, designadamente através de cursos de formação de HCCP, cozinha, bem como a confecção de doce de abóbora, que irá ser feito pelos utentes das várias IPSS's do concelho, mantendo os idosos em actividades permanentes.-----

-----Frisou que este projecto vai abarcar todas as faixas etárias e é um projecto para todo o concelho, sendo exemplo, o facto de toda a rede social estar presente e envolvida na execução deste plano. -----

-----Por último, agradeceu a todos as pessoas que se empenharam na elaboração deste projecto, incluindo o Executivo. -----

-----**A Câmara deliberou nos termos da lei e após emissão de parecer favorável do CLAS, aprovar por unanimidade, o Plano de Acção do Contrato Local de Desenvolvimento Social da Associação Desportiva, Cultural e de Melhoramentos de Casas de Soeiro.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**FINANCIAMENTO – MEDIDA1 – GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO DE VALE DE AZARES**-----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de quatro de Maio do corrente ano, referindo que tendo sido elaborada e aprovada a candidatura à medida 1 – Saúde e Segurança nas Instalações Desportivas do Grupo Desportivo e Recreativo de Vale de Azares e sendo a mesma contemplada com a participação do Município em 40%, do IDP em 39,7% e o restante 20,3% pelo Grupo Desportivo e Recreativo de Vale de Azares e cujo valor da obra se cifra no montante de 15.102,78€ -----

-----Assim, e conforme o combinado em reunião, entre o Município e os representantes do Clube, solicitam a disponibilização da verba de 6.041,11€, para a obra de “Beneficiação dos Balneários do Complexo Desportivo de Vale de Azares” a qual deverá estar concluída em finais de Junho do corrente ano. -----

-----**A Câmara deliberou atribuir um subsídio no valor de 6.041,11€, ao Grupo Desportivo e Recreativo de Vale de Azares, para fazer face à despesa referente à candidatura à medida 1 – Saúde e Segurança nas Instalações Desportivas.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

#### -----**MAPA DAS OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número sete, de dois mil e nove, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante **(anexo II)**.-----

#### -----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram dezoito horas e vinte minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----